

MARISA RUSSO E SANDRA CAPONI
(ORGANIZADORAS)

**ESTUDOS DE FILOSOFIA E HISTÓRIA DAS
CIÊNCIAS BIOMÉDICAS**

SBD-FFLCH-USP



4 1 4 6 6 4



São Paulo, 2006

NORMAS*

Dominique Lecourt

Por mais idealizada que seja em relação à realidade das práticas médicas ordinárias, a imagem atualmente triunfante da medicina engrandece uma concepção e uma prática da medicina cuja genealogia merece ser interrogada. Pedra fundamental desta concepção: a tese segundo a qual a medicina poderia se apresentar como uma ciência, no sentido preciso, considerado muito nobre, em que as ciências naturais são consideradas científicas. Tal tese não é certamente nova; entretanto, ela não remonta à noite (egípcia ou grega) dos tempos da terapêutica, salvo engano grave sobre o sentido do termo “ciência” ou dos diversos equivalentes nas línguas antigas. Esta visão da medicina é absolutamente moderna. Como o mostrou Georges Canguilhem (1904-1995), ela se apresenta como o resultado de um verdadeiro “sismo epistemológico” que decidiu a sua paisagem atual, ao fim de dois séculos de sobressaltos múltiplos.

Um sismo epistemológico

A *Práxis médica* publicada por Giorgio Baglivi (1668-1707) em 1696 se refere ao Chanceler Bacon (1561-1626) para defender o procedimento indutivo na medicina. Este é o preâmbulo. O sismo se desenca-deia e acaba por abalar, pela primeira vez a paisagem cem anos mais tarde, com a publicação, por Edward Jenner (1749-1827) de resultados

* Título original “Normes”, extraído do *Dictionnaire de la pensée médicale*. Lecourt, D.(dir.). Paris: PUF, 2004.

obtidos com a vacinação da varíola. A exigência ou a esperança não tarda a aparecer no modo de um

cálculo da esperança e do risco que substituiria, em matéria de decisão terapêutica, a simples sagacidade do médico prático experimentado.

Pode-se descrever a história ulterior daquilo que Charles Daremberg chamará, significativamente, em 1870, de “ciências médicas”, como uma sucessão de tentativas e de êxitos, meio deliberadas, meio fortuitas, de responder a esta esperança.

O programa se encontra solenemente enunciado pelo grande matemático e astrônomo francês Pierre-Simon Laplace (1749-1826), profeta eloquente de uma vasta concepção newtoniana do mundo, na qual ele convoca a medicina a vir tomar seu lugar entre as “ciências conjecturais”. O célebre *Ensaio filosófico sobre as probabilidades* (1812) anuncia finalmente, esta nova conquista. Acabam, doravante as apalpadelas do prático! O “cálculo das chances” deverá ser aplicado para a escolha do melhor tratamento possível. No mesmo momento, os principais chefes de fileira da escola filosófica chamada dos ideólogos, que também tinham sido médicos, como Georges Cabanis (1757-18089), se vangloriam, eles também, de poder operar a transmutação científica da medicina.

Um acontecimento virá, desde 1819, confirmar esta convicção: a invenção do estetoscópio por René Laennec (1781-1826). François Dagonet mostrou muito bem que, com este novo método de auscultação (chamada então de auscultação mediada) operava-se uma renovação epistemológica. Ao lado do sintoma, entregue à interpretação, vinha se acrescentar o sinal seguro que o médico poderia fazer aparecer até mesmo na ausência de qualquer sintoma.

Claude Bernard (1813-1878) logo alinha as leis da patologia com as da fisiologia, da qual se destaca um campo próprio, graças à noção de “meio interno”. Toda diferença de essência entre funcionamento normal

e patológico do organismo encontra-se, assim, abolida. O estado patológico poderá, doravante, assim como o estado normal, ser objeto de estudos experimentais em laboratório. A célebre experiência chamada do "fígado lavado" é testemunha da fecundidade deste procedimento. A *Introdução ao estudo da medicina experimental* (1822-1895) torna-se um dogma popular, transmitido pelas escolas.

Mas foram os trabalhos de Louis Pasteur (1822-1895) que provocaram o abalo mais forte. Eis, com efeito, alguém que não é médico, um químico e cristalógrafo, que, estudando as fermentações que afetam a cerveja e o vinho, impõe brutalmente à medicina "uma transformação de destinação e uma alteração de seus lugares de exercício" (Canguilhem). Dupla evolução, da qual somos os herdeiros, para o melhor e para o pior.

Com o nascimento da bacteriologia, a clínica se encontra doravante, com efeito, definitivamente convidada a apoiar-se na análise praticada em laboratório. Graças a ela também, o médico pode, e logo deverá, sair de seu consultório ou do hospital não mais somente para ir à cabeceira do paciente, em seu domicílio, mas para "buscar pistas" na escola, na caserna, nas empresas.

Muda o estatuto social da medicina. A descoberta dos micróbios permite promover uma noção absolutamente nova: a de higiene pública; ela impõe o uso de um vocábulo – a salubridade – cujo caráter equívoco, que oscila entre a saúde e a moral, será aproveitado pelos poderes políticos para manter em respeito as classes consideradas como perigosas.

Estas profundas transformações pouco a pouco deram crédito à idéia segundo a qual o progresso da medicina consistiria, definitivamente, em se oferecer continuamente novos meios para colocar o indivíduo doente entre parênteses. Será que a glória midiática atual dos médicos é sinal de sucesso da operação, que se gostaria, que fosse total?

Fisiologia e medicina

Conhecemos as vantagens inegáveis da colocação entre parênteses e as razões da propensão sempre mais forte entre os clínicos, de ado-

tar o ponto de vista do fisiologista sobre a doença. Sabe-se, com efeito, que a identificação do sintoma pelo doente não é confiável. A maior parte daqueles que declaram ter “dor nos rins” não sofrem dos rins! Sobretudo, quantas doenças se desenvolvem no silêncio dos órgãos, na ausência de qualquer sintoma aparente! De fato, os sucessos obtidos foram, e permanecem espetaculares. Mas a partilha entre o “normal” e o “patológico”, operada pela fisiologia, coincide com a oposição, vivida pelo indivíduo, entre saúde e doença? É sua tradução em termos científicos?

Deve-se considerar que a fisiologia enuncia a verdade científica da doença? Dir-se-á que sua noção de “normal” é uma noção objetiva, no sentido em que o físico e o químico, dos quais ela utiliza os conceitos e os métodos, estabelecem fatos objetivos? Mas não existem, nas ciências físicas, fenômenos que possamos qualificar, a não ser por metáfora mal controlada, de “patológicos”. Uma aberração astronômica não é uma doença. Deseja-se que a medicina seja uma ciência como as outras, mas por que o fisiologista, que fornece o essencial de suas bases teóricas, faz uso – e só ele o faz – deste vocabulário? Não é o sinal de que ele, furtivamente, sempre introduziu em seu pensamento um sistema de avaliação que lhe foi transmitido, clandestinamente, pelo médico? E de onde, definitivamente, o próprio médico o recebeu, a não ser do indivíduo humano em sofrimento que se dirigiu a ele? As relações entre medicina e fisiologia são o teatro de um verdadeiro golpe de prestidigitação que culmina escamoteando, sem que se perceba, a realidade humana do paciente, ou seja, de um ser que fala, que goza e que sofre; que, porque assim ele pensa, faz avaliações sobre seus prazeres e seus sofrimentos.

Mas este sistema de avaliação não se deixa transportar para o laboratório sem grave alteração, pois um outro sistema o espera sobre a bancada: o sistema que rege a prática experimental do saber. E este sistema, que não tem nada a ver com o primeiro, vem lhe impor suas próprias regras. E não é somente, como se pretende, a subjetividade incerta das apreciações do doente que se encontra então reduzida ao benefício exclusivo do conhecimento objetivo da doença; é a dinâmica da partilha vivida entre saúde e doença que se tende a perder de vista. Ora, esta dinâmica se apresenta em primeiro lugar como individual. Se um indiví-

duo, com efeito, se declara doente, ele sempre o faz em relação a um estado anterior que ele julga ser saudável. (Saúde e doença não têm nenhuma existência por si mesmas para o sujeito humano.) São noções comparativas, categorias de juízos polêmicos. A saúde não se manifesta de início como uma exigência do indivíduo sobre suas possibilidades (físicas, intelectuais ou afetivas) das quais pode gozar em suas relações com seu meio? E se ele qualifica, de sua parte, de patológico um estado de seu organismo, não é porque ele toma consciência de alguma diminuição destas mesmas possibilidades? Ele espera do médico que ele as restabeleça. Uma pessoa dirá que está em boa saúde quando tiver segurança (mesmo ilusória) de poder cair doente e, como se diz, de se recuperar; isto é tão verdadeiro que, inversamente, ficaríamos inquietos com alguém que nunca ficou doente. Pensaríamos que ela não é normal.

Mas o restabelecimento nunca aparece, por isto, como pura e simples restauração das antigas normas. Como a vida é um processo irreversível, a saúde se apresenta, em primeiro lugar, como a capacidade do organismo de inventar continuamente novas normas para responder aos acidentes aos quais ele se expõe em seu confronto com o meio, e, para dar conta de suas seqüelas. Em suma, a saúde se apresenta essencialmente não como a conformidade a uma norma dada, mas como a manutenção de um poder normativo tão flexível quanto possível em relação ao meio. (Ora, ocorre que o indivíduo humano, enquanto é humano, não se reduz a uma disposição de órgãos, nem a uma maquinaria molecular (até mesmo neuronal) geneticamente programada.) O neurobiólogo Alain Prochiantz, redescobrindo as fórmulas de Montaigne, disse-o muito bem:

Sua natureza é a de não ter natureza, no sentido em que os indivíduos de outras espécies, mesmos os mais próximos do *homo sapiens*, têm uma.

Seu programa genético é muito flexível. Uma parte essencial dele é aberto à própria execução da epigênese. E é por isto que o indivíduo da

espécie humana, ao mesmo tempo em que é o mais individual entre os indivíduos vivos é também o mais social. De fato, seu meio não é um simples meio físico, nem mesmo uma complexa “biosfera”. Trata-se sobretudo de um meio sempre já social, atravessado por fluxos incessantes de palavras, de idéias e de sentimentos, polarizado por conflitos de toda ordem.

O poder normativo do organismo humano se exerce assim sempre num tal meio social. Ele sofre a coerção ao mesmo tempo em que tenta submetê-la. Logo, não somente a saúde exprime um juízo do indivíduo sobre suas possibilidades, mas este juízo traz em si a marca indelével do meio social e histórico onde ele ocorre. Pôde-se mostrar que o homem de Neandertal, normal em seu tempo, seria hoje considerado doente. E as constantes fisiológicas de um africano vivo, bem de saúde, na África, apresentam uma distância patológica em relação à norma europeia. Questão não apenas de clima, mas de modos de vida!

Quando o médico adota um ponto de vista fisiológico sobre a saúde e a doença. Ele toma para si aquilo que a fisiologia tomou emprestado dele – a partilha entre o normal e o patológico – mas ele o recebe de volta profundamente modificado. A norma passa agora por um fato objetivo, primitivo e natural; o patológico é considerado como afastamento, desvio.

Normal e patológico

A plasticidade das normas inventadas pelos seres humanos no curso de sua história para aumentar suas possibilidades de vida tende a desaparecer de seu pensamento tanto quanto sua extrema variabilidade em função dos modos de vida. Ora, se a norma aparece como fato, inscrito em uma natureza e suscetível de dar lugar a uma formulação estatística, as consequências sobre o indivíduo são graves. Com efeito, o indivíduo se arrisca a cair sob o império de uma concepção despótica da saúde.

Um sistema de higienismo generalizado foi estabelecido sobre esta base nos países desenvolvidos. A mensagem médica, cujo efeito é ampli-

ado por meio de uma rede poderosa de publicações lucrativas e de associações bem focalizadas, insinuou-se, com efeito, na vida de cada cidadão. A saúde assume, para aqueles a quem domina, seja a triste face do regime, versão moderna da servidão voluntária, seja a face, mais dinâmica e soridente, da forma, ou ainda, mais estetizante, da linha, com destinação preferencialmente feminina ou conjugal. E se, esgotado por estas exigências, o indivíduo “deixa abater-se”, sempre lhe restará a possibilidade de tomar dois anti-depressivos depois da refeição.

A imagem e a prática da medicina moderna e científica podem assim se revelar como instrumentos muito eficazes para soldar a ordem social.

Compreende-se isto facilmente se voltamos, mais uma vez, à noção de norma, considerada no rigor de seu conceito. É certo que não há sociedades humanas sem norma, e quem diz normas diz instituições. A República francesa fornece, a este respeito, um exemplo notável. Todo o campo das atividades sociais há muito tempo nela aparece normatizado: da norma técnica na indústria à norma escolar que começa pela ortografia, ortopedia da língua, e que outrora era transmitida pelas chamadas escolas normais. Que se pense assim em todas as instituições de correção e de reeducação que vigiam desviantes e marginais. Mas qual é, justamente, o fundamento – a origem e a justificação – das normas sociais? As sociedades modernas recusam a via divina para responder a esta questão; no lugar de Deus, elas instituem a natureza: direito natural, moral natural, política natural... A norma, assim concebida, aparece como uma exigência primeira em relação às infrações e às transgressões da qual ela é objeto, e que são o objeto de suas sanções.

Mas por que o cuidado incessante dos pensadores políticos, há dois séculos ou mais, para assegurar o fundamento das normas? Porque, evidentemente, a natureza, mesmo divinizada, se revela, definitivamente, um pouco abstrata demais para ter sobre os indivíduos uma influência tão poderosa quanto a divina, com seu arsenal solene de castigos e recompensas. Ela é também por demais incerta já que nunca deixou de ter a sua pretensa universalidade negada. “A natureza nada mais é do

que o costume”, já havia objetado Pascal antecipadamente, de modo ainda mais radical que Montaigne! Surgiu então o sonho de que se poderia enfim descobrir um núcleo de caracteres constantes que possam salvar esta natureza de qualquer relativismo. Inscreveu-se este núcleo no corpo como um absoluto. Para retomar um título célebre: era preciso que pudéssemos nos referir a alguma “sabedoria do corpo”. O médico poderia, então, senhor do corpo, ter influência sobre as almas. No momento em que a especificidade do ser vivo e a autonomia do organismo foram associadas (no meio do século XIX) a fisiologia se ofereceu para dar às prescrições do médico o poder de injunção de um saber sacralizado.

As filosofias da história que enfeitiçaram o final do último século e que, até há pouco tempo, guiaram, em nome de uma certa científicidade, o combate daqueles que queriam mudar a ordem social, perderam hoje todo o crédito, por causa de tantas tragédias assustadoras e de derrocadas derrisórias. Elas tinham, pelo menos, em seu período florescente, bloqueado este movimento.

Eis que, por reação, o retorno à natureza está de volta hoje à ordem do dia. Não é de se espantar com o fato de que os mistérios do organismo, considerados como elucidados e dominados pela medicina, sejam recrutados para a manutenção daquilo que Ernst Kantorowicz chamava de “mistérios do Estado”; são coisas necessárias ao exercício de seu poder, mesmo quando ele exibe a transparência da pura racionalidade instrumental.

Mas de que vale esta concepção moderna da norma social? Qual é precisamente a racionalidade da qual ela pode se prevalecer? Já se observou mais de uma vez que toda norma se apresenta, segundo a etimologia, como um “esquadro”, ou seja, um instrumento de alinhamento, de correção, o qual supõe, portanto, a preexistência do torto, até mesmo do tortuoso, senão oblíquo. A norma, desde que não for mais referida a alguma transcendência, se apresenta ao sujeito que se conforma a ela como valor em si, mas que é pura ilusão: a própria ilusão que assegura seu império, a qual supõe o esquecimento permanente de sua origem. Pois, de fato, a norma é sempre segunda. A despeito da palavra,

numa dada sociedade, o anormal sempre a precede. E ela não existe nunca a não ser para reduzi-lo – o chamamos de normalizar. A norma aparece, pois, como expressão e instrumento de um poder de estabelecer e conservar a ordem existente? Mas este poder não é, definitivamente, por sua vez, nada mais do que um fato, conquistado e mantido numa relação de forças?

Em matéria social e política, não é próprio da espécie humana sempre inventar novas normas – diferentemente das abelhas ou mesmo dos babuínos, animais caros a todos os conservadores modernos? A plasticidade das normas sociais é, na verdade, tão prodigiosa quanto a das normas individuais. Os etnólogos deste século não cessaram de admirá-la, depois dos missionários terem ficado desconcertados ou ofuscados.

A concepção atual da medicina, organizada em torno da norma biológica identificada a um fato objetivo que se supõe que define a saúde, não concorda muito bem com a concepção da norma social como realidade intangível de essência natural? Nunca a confiança na medicina foi mais forte, nunca o medo da doença foi mais agudo! O paradoxo, na verdade, é aparente. A imagem midiática da medicina não pode deixar de aterrorizar no momento mesmo em que se quer tranqüilizante. Do mesmo modo que a Igreja sabia, outrora, manipular, na confissão, a ameaça extrema da condenação abrindo ao mesmo tempo a perspectiva apaziguadora da absolvição, ela joga com as forças mais íntimas da psicologia humana. Mas ela o faz de maneira bem mais implacável já que nos remete a estas mesmas forças, ordenando-lhes a se conformar a uma norma apresentada como cientificamente definida. Cada um se encontra assim obrigado a efetuar um percurso-tipo presumido conforme à própria natureza, que lhe permite se olhar como um ser humano. O risco do desvio assusta. Ordem moral e ordem médica trocam entre si seus valores.

Será porque eles têm obscuramente consciência desta dedicação de sua missão que os mais esclarecidos entre os médicos exprimem, tão freqüentemente em nosso tempo, suas inquietações em termos de “ética”? Muitas questões de ordens diversas encontram-se misturadas sob este vocábulo filosófico que dá mostras de uma elasticidade surpreen-

dente. A mais decisiva, a mais pesada, talvez seja aquela que nós tentamos colocar, ou seja, quaisquer que sejam os benefícios de eficácia que ela possa tirar do desenvolvimento das ciências (fundamentais e aplicadas) do ser vivo, a medicina não permanece, por vocação, uma técnica, ou uma “arte” se recusarmos à palavra técnica a dignidade que deveria, contudo, ser a sua, a serviço do ser que sofre; uma arte destinada a lhe permitir restabelecer e alargar o conjunto de suas capacidades de invenção normativa? Os médicos podem, sem se trair, prestar a sua ajuda aos empreendimentos de normatização dos comportamentos e dos espíritos, pela imposição de uma concepção mesquinha da vida como simples conservação do perfil médio de um ser individual encerrado na parte orgânica de si mesmo? Tememos então que a antiga aliança da doença e do mal da qual Hipócrates havia começado a se livrar não venha de novo se fortalecer sob nossos olhos, em nome da ciência! A revolta ou o desespero já levam mais de um, entre os jovens, a escolher a loucura, a morte ou a toxicomania nas formas mais concretas, as mais trágicas do desafio à ciência dos médicos, símbolo, na sua opinião, de uma ordem social sufocante.

Bibliografia

BERNARD, C. *Rapport sur les progrés et la marche de la physiologie générale en France*. Imprimerie Imperiale, 1867, *Introduction à la médecine expérimentale*, 1865, reedição. Paris: Flammarion, 1966.

CANGUILHEM, G. *Essai sur quelques problèmes concernant le normal et le pathologique*, 1943, sob o título de *Le normal et le pathologique*, aumentado com *Nouvelles réflexions concernant le normal et le pathologique*. Paris: PUF, 1966. *Le statut épistémologique de ma médecine*, *History of philosophical Life Sciences*, 10, supl. (1988), p. 15-29.

CLAUZADE, L. *L'idéologie ou la Révolution de l'analyse*. Paris: Gallimard, 1998.

DAGONET, F. *Méthodes et doctrine dans l'oeuvre de Pasteur*. Paris: PUF, 1967. *Pasteur sans la légende*, *Les empêcheurs de penser en rond*, Le Plessis Robinson, 1994. *La philosophie de l'image*. Paris: Vrin, 1984.

DICTIONNAIRE D'HISTOIRE DES SCIENCES, sob a direção de D. Lecourt (1999), quarta edição aumentada. Paris: PUF, 2005.

LAPLACE, P. S. *Essai philosophique sur les probabilités*. In: *Oeuvres Complètes*, v. VII, 1947). Paris: Bourgeois, 1986.

PASTEUR, L. *Écrits scientifiques et médicaux*. Seleção, apresentação e notas de A. Pichot. Paris: Flammarion, 1994.

PROCHIANTZ, A. *Claude Bernard – La révolution physiologique*. Paris: PUF, 1990.

_____. *La construction du cerveau*. Paris: Hachette, 1989, reed. 1995.